

## Apresentação

Guilherme Pereira das Neves<sup>1</sup>

Embora cada autor tenha gozado de plena liberdade para escolher o assunto, despontam entre os artigos a seguir afinidades temáticas ou cronológicas que resultam, com certeza, dos interesses acadêmicos daquele que os convidou. No entanto, o objetivo do conjunto não consiste no exame de um período ou questão histórica a partir de ângulos diversos, mas, sim, na preocupação de chamar a atenção para um aspecto metodológico comum. Não obstante, dada a notória aversão das comunidades historiográficas, tanto nacionais quanto estrangeiras, por tais reflexões, as abordagens adotadas debruçam-se sobre aspectos concretos – à exceção, em parte, do último texto – e estão no centro de muitas investigações em curso, como cada um deles trata de evidenciar a partir de suas respectivas referências.

Em termos cronológicos, o dossiê está voltado para os séculos XVIII e XIX, entre os quais se situa o “tempo-sela” (*Sattelzeit*) que Reinhart Koselleck – e não somente ele – identifica como o momento axial em torno do qual se constitui a *modernidade* que nos rodeia. Especialmente, três voltam-se para a antiga metrópole, sementeira em que se cultivaram as raízes da cultura brasileira, fato em princípio exorcizado pelo entusiasmo da independência, mas cuja importância, mesmo a contragosto, a historiografia tem sido cada vez mais obrigada a reconhecer, como a aproximação entre os profissionais de ambas as margens do Atlântico tem revelado de maneira eloquente nas últimas décadas. Outros dois revisitam o período joanino, entendido no sentido brasileiro da designação, de

---

<sup>1</sup> Professor-associado do Departamento de História da UFF e pesquisador do CNPq. E-mail: neves.gp@gmail.com

pontos de vista pouco ou nada abordados pela recente celebração dos 200 anos da chegada da Corte em 1808. E, ainda que de maneira pontual, o penúltimo serve para lembrar o quanto se mostra sempre sugestiva a comparação com a América espanhola, esse conjunto de países com que partilhamos muito mais do que a fronteira ou o continente e para os quais damos as costas com demasiada frequência.

Em outra ordem de ideias, se a irrupção das ciências sociais no ambiente universitário a partir da segunda metade do século XIX desencadeou uma crise de consciência da história, esta somente se abateu, nas décadas seguintes, na medida em que os profissionais da área encontraram a fórmula mágica que lhes permitia enfrentar o desafio que assim se apresentara. Converteram os inimigos institucionais de outrora em preciosos colaboradores do futuro para participar da grande tarefa interdisciplinar de *conhecimento dos homens no tempo*, como Febvre e Bloch tiveram o dom de fazer com os *Annales*. À reserva técnica da disciplina tenderam a ficar relegadas, então, outras modalidades, penosamente surgidas nos séculos XVII e XVIII e consolidadas no seguinte (outra vez, o *tempo-sela...*), mais próximas do *esprit de finesse* peculiar às humanidades do que daquele de *geometria* das ciências, que, com suas conquistas, pareciam revolucionar o mundo. Após aquela das Luzes, que reduzira a religião ao foro íntimo dos indivíduos, trazida desta feita pelas calamidades das guerras e, em seguida, pelo colapso do muro ideológico que dividia a humanidade entre bons e maus conforme o lado em que se encontravam, a segunda vaga de *desencantamento* encarregou-se, porém, de dissipar a ilusão. Entre 1970 e 1990, ainda que jamais tenha deixado de integrar o repertório de pequeno número de espíritos, o *giro linguístico* não constituiu apenas uma moda de maior ou menor efeito de *marketing* para uso de intelectuais crescentemente globalizados, mas, sobretudo, quando encarado com seriedade, a tomada de consciência outra vez do lugar que o indivíduo e a linguagem têm para o historiador.<sup>2</sup>

Em 1974, ninguém menos que Pierre Vilar reagia às primeiras provocações de Michel Foucault afirmando: “quando um homem busca palavras novas, quando

---

<sup>2</sup> Para tratamento um pouco mais detalhado das questões abordadas de raspão nessa apresentação, ver os artigos reunidos no volume *História, teoria e variações*, a sair em breve pela Contracapa (Rio de Janeiro), graças ao apoio do Projeto Pronex/Faperj/CNPq, coordenado por Ronaldo Vainfas, de que participa este organizador e que aqui registra seu agradecimento.

ele distorce [*gauchit*] o sentido das antigas, aí está o sinal de coisas novas”<sup>3</sup> Essa perspicácia, revelada pelo autor de *La Catalogne dans l’Espagne moderne*, estava sendo explorada, a essa altura, em pelo menos três direções diferentes. Embalados pelos sucessos da quantificação e da linguística estrutural, historiadores-linguistas franceses enveredavam pelos caminhos espinhentos da lexicometria. Do outro lado da Mancha, levados por esse Quixote dos sete instrumentos chamado Peter Laslett, historiadores-políticos rebelavam-se contra a dominante história das ideias e, em vez de encadear o autor a alguma genealogia de antepassados que remontava a Platão e Aristóteles, procuravam ancorá-lo em seu tempo. Por fim, na Alemanha dividida e devastada, historiadores-filósofos voltavam a mergulhar nas águas de sua tradição mais rica, ainda quando praticada por alguma espécie de *Deinos*, para correlacionar, como Vilar iria fazer, a mudança semântica à mudança da inteligência do mundo e, em última instância, à da própria realidade.<sup>4</sup>

No Brasil, em 1992, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, em tese defendida na USP sobre a cultura política da independência sob orientação de Maria Beatriz Nizza da Silva, já detectara algumas dessas tendências graças ao artigo seminal de Melvin Richter, assim como recorrera ao mesmo estudo de Telmo dos Santos Verdelho que um dos textos a seguir continua a utilizar, para tentar decifrar o vocabulário político daquele momento.<sup>5</sup> Doze anos mais tarde, por iniciativa dos cientistas políticos e historiadores do Iuperj, realizou-se no Rio de Janeiro a VII Conferência Internacional de História dos Conceitos, à qual já não pôde comparecer Koselleck (1923-2006), mas de que participou um notável grupo de

---

<sup>3</sup> Cf. “Les mots et les choses dans la pensée économique”. In: *Aujourd’hui l’histoire*, Paris, Éditions Sociales, 1974, p. 162-179, p. 174.

<sup>4</sup> Para essas questões, ver Javier Fernández Sebastián & Juan Francisco Fuentes, “Introducción”. In: *Idem* (dir.), *Diccionario político y social del siglo XIX español*, Madrid, Alianza, 2002, p. 23-60. Para *Deinos*, talvez com Martin Heidegger em mente, cf. Hans-Georg Gadamer, *O problema da consciência histórica*, trad. Paulo C. D. Estrada, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 56.

<sup>5</sup> A tese encontra-se hoje disponível como *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência, 1820-1823*, Rio de Janeiro, Revan, 2003. Ver também Melvin Richter, “Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner and the Geschichtliche Grundbegriffe”, *History and Theory*, Middletown, v. 29, n. 1, 1990, p. 38-70, e, em sua falta, do mesmo autor, “Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura”. In: Marcelo Gantus Jasmin & João Feres Júnior (org.), *História dos conceitos: debates e perspectivas*, Rio de Janeiro, PUC-Rio/Loyola/Iuperj, 2006, p. 39-53.

pesquisadores de diversos países preocupados com a temática.<sup>6</sup> A essa altura, há vários anos encontravam-se disponíveis obras relacionadas à análise do discurso e ao uso da linguística e da semiótica pela história; desde 1996, a tradução da obra que estabeleceu o nome de Quentin Skinner; e, a partir de 2003, a primeira coletânea de artigos de John Pocock em português.<sup>7</sup> De lá para cá, o movimento ampliou-se, mas, ao que parece, não sem alguns equívocos e de maneira ainda muito limitada no terreno dos historiadores.<sup>8</sup> Neste, a iniciativa mais promissora continua sendo o projeto conhecido como *Iberconcepts*, dirigido por Javier Fernández Sebastián, em vias de concluir a elaboração do segundo volume de um *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850*, cujo primeiro envolveu 100 verbetes e 75 pesquisadores da Península Ibérica e América latina, em mais de 1.400 páginas.<sup>9</sup>

Contra esse pano de fundo, a limitada extensão dos sete artigos a seguir não tem a pretensão de trazer alguma novidade teórica. Nem era essa a proposta. Como mencionado de início, trata-se apenas de salientar um aspecto metodológico que nem sempre merece o reconhecimento que lhe cabe e que, na perspectiva deste organizador, está associado a esse tipo de abordagem, tanto na vertente inglesa quanto na alemã. Na realidade, se o texto de John Pocock, publicado em

---

<sup>6</sup> Ver, ambas com acesso em 15.12.2010, <http://www.jyu.fi/yhtfil/hpscrg/rioprogramm.html> e [http://www.historia.uff.br/artigos/guilherme\\_conferencia.pdf](http://www.historia.uff.br/artigos/guilherme_conferencia.pdf).

<sup>7</sup> Para o primeiro caso, sirvam de exemplos Régine Robin, *História e lingüística*, trad. A. Bole, São Paulo, Cultrix, 1977, e Ciro Flamarion Cardoso, *Narrativa, sentido, história*, Campinas (SP), Papyrus, 1997. As outras duas indicações são, respectivamente, *As fundações do pensamento político moderno* [1980], trad. R. J. Ribeiro e L. T. Motta, São Paulo, Cia. das Letras, 1996, e *Linguagens do ideário político* [1976-1995], org. Sérgio Miceli, trad. Fábio Fernandez, São Paulo, Edusp, 2003.

<sup>8</sup> Ver Jasmin & Feres Júnior (org.). *História dos conceitos...*, citado; João Feres Júnior & Marcelo Gantus Jasmin (org.), *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*, Rio de Janeiro, PUC-Rio/Loyola/Iuperj, 2007; João Feres Júnior (org.), *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*, Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2009; e também os artigos reunidos em *Ler História*, Lisboa, v. 55, 2009. Na mão contrária, a “Introdução” dos organizadores ao volume de 2007 fala em “história conceitual” como equivalente à *história dos conceitos*, o que parece revelar certa incompreensão do empreendimento de Koselleck e seus colaboradores; enquanto ainda hoje jaz inédita a tradução, realizada por Modesto Florenzano há alguns anos, de uma das obras centrais de Pocock, *The machiavellian moment: florentine political thought and the atlantic republican tradition*, Princeton, Princeton University Press, 1975.

<sup>9</sup> Madri, Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Político y Constitucionales, 2009. Ver também <http://www.iberconcepts.net/Default.aspx?id=es>, com acesso em 15.12.2010. Em conjunto com Lúcia Bastos P. Neves, este organizador participou de ambos os volumes.

2004, além de servir de introdução a suas preocupações, contribui para esclarecer semelhanças e diferenças em relação a Quentin Skinner, bem mais conhecido no Brasil, o de Fátima Sá e Melo Ferreira é o único a obedecer de maneira mais rigorosa à proposta da história dos conceitos. Confinado, no entanto, pelas diretrizes do dicionário ao qual se destina (e pela inclusão aqui), vê-se na contingência de acompanhar o conceito de *ordem* em Portugal dos séculos XVIII e XIX por meio de alguns momentos e exemplos marcantes, não tendo como explorar de maneira sistemática a variedade de fontes pressupostas por Koselleck e que permitem acompanhar a presença, ou não, dos processos de *politização*, *ideologização*, *democratização* e *temporalização* que assinalam o advento do mundo moderno na sua interpretação.<sup>10</sup> Airton C. L. Seelaender doutorou-se em Direito na Alemanha e move-se sem dificuldade no ambiente da história dos conceitos, embora, neste caso, aproxime-se mais do esforço para a reconstrução da *linguagem* de uma dessas personagens fascinantes que participaram do momento traumático que correspondeu aos reinados mariano e joanino, o jurista Ricardo Raimundo Nogueira. Fascinantes pela ambivalência que revelam e pela resistência que oferecem para se verem classificadas conforme os padrões a que estamos habituados.

Nos outros casos, a preocupação volta-se de maneira ainda mais decisiva para *linguagens* do que para *conceitos*.

José Luís Cardoso, tendo por segundo violino Alexandre Mendes Cunha, cuja pós-graduação transcorreu na UFF, confrontam Sebastião José de Carvalho e Melo, ministro proeminente de José I (1750-1777), a Rodrigo de Sousa Coutinho, em sua atuação (1796-1803) no gabinete, como regente, do filho de Maria I (1777-1816), a fim de avaliar, no fundo, as variedades das Luzes presentes em Portugal nessa segunda metade do século XVIII. Para tanto, apesar da distância que buscam preservar de alguns dos pressupostos correntes nos demais textos, elegem, sobretudo, as políticas econômicas adotadas e acabam considerando o mercantilismo, o cameralismo, as ciências da administração e o próprio liberalismo de Adam Smith como uns tantos sotaques ou dialetos que se combinam para constituir a linguagem propriamente ilustrada. William de Souza Martins,

---

<sup>10</sup> Ver “Un texto fundacional de Reinhart Koselleck. Introducción al *Diccionario* histórico de conceptos político-sociales básicos en lengua alemana”, trad. e notas Luis Fernández Torres, *Revista Anthropos: Huellas del Conocimiento*, Barcelona, n. 223, abr./jun. 2009, p. 92-105, e Richter, “Reconstructing the history of political languages...”

detentor, enfim, de posição na academia capaz de trazer-lhe de volta o ânimo de pesquisador há anos exaurido pela vida profissional atribulada, retorna aos franciscanos de quem se fez familiar no doutorado em São Paulo, mas de ângulo ainda pouco explorado: o poder justificado pela linguagem política dos sermões pregados no Rio de Janeiro joanino, tendo por referência a obra paradigmática de João Francisco Marques.<sup>11</sup> Em relação ao mesmo período e muito próximos dos procedimentos favorecidos por Pocock, Arno e Maria José Wehling recorrem à ótica do Direito, que conhecem tão bem, para identificar uma questão, ao que parece, de todo original: o significado da celebrada elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves em 1815. Reconhecimento de uma *soberania sem independência*, o evento carrega consigo uma carga semântica extraordinária do passado e coloca em jogo uma série de subentendidos, para os quais as novas linguagens políticas daquela conjuntura tumultuada, por sua vez, haviam chamado a atenção. De forma parecida, Yobenj Aucardo Chincangana-Bayona, mestre e doutor pela UFF há alguns anos, hoje professor em Medellín, salienta não só que as linguagens políticas extravasam os textos, acessíveis aos *ouvidos*, e incorporam-se igualmente nas imagens, assimiladas com os *olhos*, como ainda o quanto símbolos antigos adquirem conotações originais ao longo do processo de independência da Colômbia, sem que se esgarce completamente o tecido sob o qual se abrigavam.

Dessa maneira, os textos a seguir, não podiam deixar de sê-lo, colocam em evidência uma questão-chave da história, a relação entre a parte e o todo, entre o particular e o geral, de cuja dimensão, para fornecer uma ideia, Paul Veyne se viu obrigado a lembrar de provérbio taoísta: como pode a flecha tudo atravessar sem nada ferir?<sup>12</sup> Para tal, nem a história das linguagens políticas nem a história dos conceitos constituem solução. Uma como a outra, no entanto, oferecem um enorme potencial heurístico para sugerir abordagens, para propor encaminhamentos, para servir de balizas ao historiador – em especial, aquele que lida

---

<sup>11</sup> Merece ser lembrado nesse ponto Bernard Groethuysen, *Origines de l'esprit bourgeois en France: l'Église et la bourgeoisie*, Paris, Gallimard, 1927, também disponível em edições posteriores, e *The bourgeois: catholicism vs. capitalism in eighteenth-century France*, trad. M. Ilford, intr. Benjamin Nelson, Nova York, Holt, Rinehart & Winston, 1968, objeto de extensa discussão em 2003, envolvendo, entre outros, Louis Châtellier, Marcel Gauchet e Dominique Julia. Ver, com acesso em 15.12.2010, <http://ccrh.revues.org/index261.html>.

<sup>12</sup> Cf. *Comment on écrit l'histoire*, Paris, Seuil, 1971, p. 172, para o trecho mencionado.

com esses objetos imateriais como são ideias e crenças –, de modo a esconjurar o pecado mortal do *anacronismo*, denunciado por Febvre, e a blasfêmia da *teleologia*, a que o senso comum recorre quando a reflexão carece de informações sobre a época de que se fala. Por meio desses procedimentos, ao situar o evento único e irrepitível em seu contexto, não se define necessariamente, como gostaria François Furet no auge da esperança quantitativista, uma série estatística, mas impede-se que o fato tenha uma trajetória que proceda em linha reta do passado ao futuro, criando as condições próprias para que se torne parte integrante do *presente* de um passado.<sup>13</sup> Conforme Gadamer, “em um conceito, algo está apreendido em seu conjunto, reunido e resumido”. Por isso, “trata-se de tornar novamente transitável o caminho que vai do conceito à palavra, de forma que o pensamento possa voltar a falar”.<sup>14</sup> Ou seja, que se aprenda aquela *linguagem*.

Como quis sugerir o organizador com a diversidade dos textos aqui reunidos, não há, contudo, *receita*. “O mundo em que nossa experiência intervém como algo novo, que altera o que tinha dirigido nossas expectativas e que se reorganiza em função disso, é sempre um mundo que já se interpretou e que está ordenado segundo suas próprias linhas de força.” Não obstante, “porque somos conduzidos pelo que nos é familiar, por aquilo em que há concordância, [...] podemos [...] acolher o que é estranho e, portanto, alargar e enriquecer a nossa própria experiência do mundo”.<sup>15</sup> Como resultado, o aspecto metodológico anunciado de início, relacionado à história das linguagens políticas e à história dos conceitos, pode (e deve) ser sistemático, mas não equivale a *um método*. Afinal, não há regras para definir a experiência que ocorre “quando algo distinto ou diferente é compreendido”; quando somos levados “a ceder – dentro de certos limites – à verdade do outro”; quando compreender esse outro “é ver a justiça, a verdade da sua posição”; e, sobretudo, quando “é isso que nos transforma”.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> A melhor versão em português é F. Furet, “A história quantitativa e a construção do fato histórico”. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (org.), *Teoria da história*, São Paulo, Cultrix, 1976, p. 73-91, p. 84-85.

<sup>14</sup> Hans-Georg Gadamer, “Heidegger y el final de la filosofía”. In: *Acotaciones hermenéuticas*, trad. A. Agud e R. de Agapito, Madri, Trotta, 2002, p. 239-256, p. 245-247.

<sup>15</sup> Hans-Georg Gadamer, *L'art de comprendre*, trad. M. Simon, intr. Pierre Fruchon, Paris, Aubier Montaigne, 1982, p. 38.

<sup>16</sup> “Interview: writing and the living voice”. In: Dieter Misgeld & Graeme Nicholson (eds.), *Hans-Georg Gadamer on education, poetry, and history: applied hermeneutics*, Albany (NY), State University of New York Press, 1992, p. 63-71, p. 69-70.

Espera-se, assim, que os possíveis leitores – se já não perceberam o quanto lhe são inconscientemente devedores – encontrem nestas páginas uma oportunidade para reconhecer o potencial dessa atitude metodológica, presente no cerne tanto da história das linguagens políticas quanto da história dos conceitos, como fundamento do *esprit de finesse* que constitui a alma do trabalho propriamente historiográfico desenvolvido nos últimos 250 anos.

Seu nome? Hermenêutica.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Essas reflexões são de exclusiva responsabilidade deste apresentador, organizador do presente dossiê. Por conseguinte, nem serviram de critério para os convites aos autores nem devem ser pres-  
supostas como necessariamente compartilhadas por eles.